

ATUAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE BUCAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Palavras-Chave: Odontologia; Saúde Pública; Participação Comunitária; Controle Social

Mariana Nery dos Santos Machado (aluna IC/PIBIC), graduanda em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP/UNICAMP
Enoque Fernandes de Araújo (colaborador), doutorado em Odontologia com área de concentração em Saúde Coletiva - FOP/UNICAMP
Prof. Dr. Marcelo de Castro Meneghim (orientador), Professor Associado MS5.3 da área de Odontologia Preventiva e Saúde Pública da Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP/UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) enfatiza a importância do controle social das ações e serviços em saúde bucal (Vilaça *et al.*, 2019), o qual pode ser alcançado por meio dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) (Rocha *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020). Estes conselhos têm o papel de participar das discussões e fiscalizar a construção da rede de atenção à saúde bucal em cada município (Brasil, 2004; Souza e Heller, 2019).

Partindo-se do pressuposto de que o contexto do controle social possui características semelhantes em todo o território brasileiro (Wedig e Ramos, 2023) e dificuldades próprias em relação à gestão em saúde, assim como a participação pouco efetiva da população no processo decisório das ações de saúde, evidenciou-se a necessidade da análise sobre a participação do controle social na saúde bucal (Mitros *et al.*, 2023).

Com o intuito de contribuir para a discussão sobre a importância do controle social nas políticas de saúde bucal pela população, o objetivo deste artigo é avaliar a atuação do controle social nas políticas de saúde bucal do sistema de saúde pública no Brasil.

METODOLOGIA:

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, seguido pela identificação, síntese e realização de uma análise ampliada da literatura. Para tanto, foram seguidas as etapas de definição do tema e elaboração da questão de pesquisa; elaboração dos critérios de elegibilidade, inclusão e exclusão dos estudos; levantamento das publicações nas bases de dados; categorização e análise das informações encontradas nas publicações; avaliação dos estudos selecionados; apresentação dos resultados, incluindo análise crítica dos achados e síntese da revisão. A pergunta norteadora desta revisão

integrativa foi: “Qual a atuação do controle social na política de saúde bucal?” (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

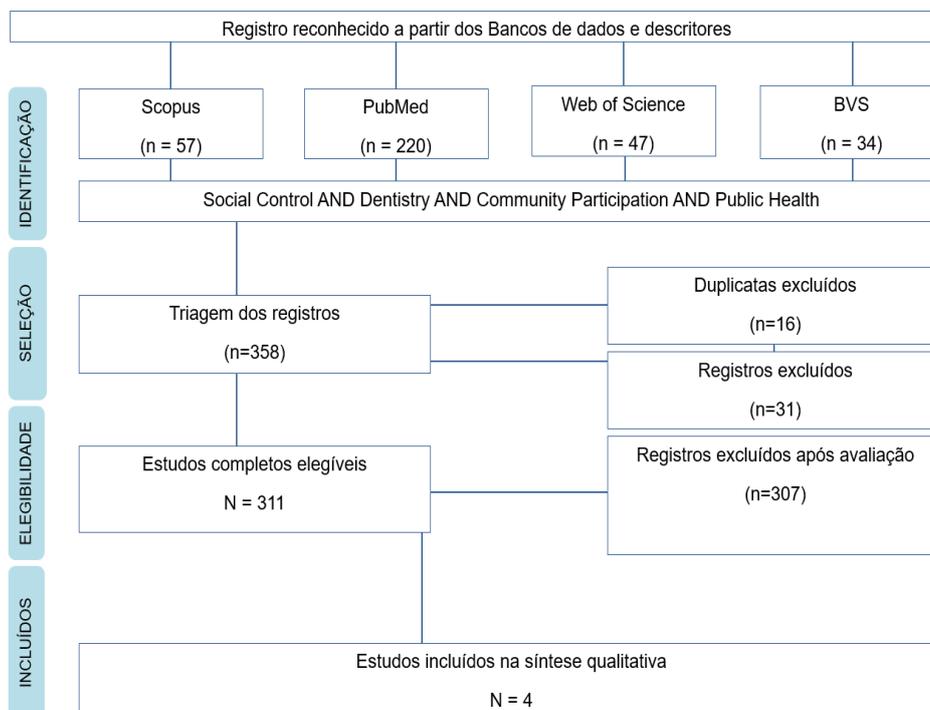
Para a construção deste estudo, as bases de dados utilizadas para os levantamentos bibliográficos foram a *MEDLINE/PubMed*, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), *Scopus* via Portal Capes e *Web Of Science*. A busca dos artigos foi realizada em formulário avançado, sendo considerados os descritores: *public health AND dentistry AND community participation AND social control*.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos completos disponíveis integralmente nas bases de dados elencadas. Não houve restrições em relação ao tempo de publicação, nem aos idiomas inglês, espanhol e português. Os excluídos foram as publicações que não respeitarem a delimitação do tema e o objetivo do estudo; bem como as resultantes de artigos de opinião, estudos de caso ou reflexão, editoriais, documentos ministeriais, capítulos de livro, teses, dissertações e atas de Conselhos de Saúde.

Na primeira fase, dois revisores treinados (R1 e R2) fizeram a leitura e avaliação independente dos títulos e resumos dos artigos usando *Rayyan* (Ouzzani *et al.*, 2016). Conforme os critérios pré-estabelecidos, foram selecionados os artigos para leitura completa. Quando houve divergências entre os dois revisores foi considerada a opinião de um terceiro (R3). Na segunda fase, quando foram lidos os artigos na íntegra, novamente foi solicitada a opinião de um terceiro revisor (R3), quando os revisores R1 e R2 discordaram.

Assim, 4 estudos fazem parte do escopo da pesquisa. Após a fase de seleção, os artigos elegíveis foram lidos na íntegra. Na Figura 1, ilustra-se o fluxograma seguido pelo presente estudo.

Figura 1: Fluxograma das buscas pelas produções científicas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dos artigos selecionados, todos foram publicados em revistas internacionais. Quanto à natureza metodológica dos trabalhos, os artigos foram classificados como: relatório de ação comunitário (=1), pesquisa qualitativa (=2), pesquisa qualitativa de grupo focal (=1).

A revisão integrativa permitiu a extração de dados de 4 artigos, os quais foram lidos na íntegra pelos pesquisadores. Foram 2 estudos de 2001, 1 de 2000, 1 de 2022, sem delimitação de tempo.

Quadro 1: Identificação dos artigos selecionados.

Título do artigo/DOI	País/idioma	Ano/autores	Tipo de estudo
O acesso aos cuidados bucais é uma questão de direitos humanos: um relatório de ação comunitária do Downtown Eastside de Vancouver, Canadá. DOI: 10.1186/s12954-022-00626-4	Reino Unido/ Inglês	Jozaghi et al., (2022)	Relatório de ação comunitária
Um programa comunitário participativo de promoção da saúde bucal em uma comunidade latina do centro da cidade. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1186p16-30	Estados Unidos/ Inglês	Watson et al., (2001)	Estudo de avaliação / Pesquisa qualitativa
O que é comunidade? Uma definição baseada em evidências para saúde pública participativa DOI: 10.2105/AJPH.91.12.1929	Estados Unidos/ Inglês	MacQueen et al., (2001)	Estudo de avaliação / Pesquisa qualitativa
Até que ponto o público em geral deseja ser envolvido nas decisões sobre a implementação da fluoretação da água? DOI: 10.1038/sj.bdj.480052	Reino Unido/ Inglês	Lowry et al., (2000)	Pesquisa qualitativa de grupo focal

Quadro 2: Caracterização dos artigos selecionados.

Objetivo	Amostra/ tratamento dos dados/ estatística	Controle social/reinvidicação	Contribuições do estudo
Oferecer uma reflexão crítica sobre um bairro empobrecido de Vancouver, Canadá, e seu acesso a cuidados de saúde bucal.	Relatório de ação comunitária.	Rede de Usuários de Drogas da Área de Vancouver (VANDU) e a Sociedade de Serviços Comunitários PHS / Ajudar a preencher a lacuna no acesso a cuidados de saúde bucal	Apesar dos esforços envidados por organizações sem fins lucrativos, um plano nacional de cuidados de saúde oral é justificado, embora ainda não seja um imperativo político. Cidadãos carentes têm direito a cuidados de saúde bucal que sejam compassivos, colaborativos e acessíveis.
Explorar a viabilidade de implementação do projeto participativo comunitário de saúde bucal em <i>Mount Pleasant</i> .	Organizações comunitárias locais, voluntários e profissionais locais/ O modelo PRECEDE-PROCEED foi utilizado para orientar o planejamento e avaliação do processo deste projeto, em conjunto com métodos organizacionais comunitários.	População de um bairro latino do centro da cidade de Washington, DC; implementação de um projeto participativo comunitário de saúde bucal.	Os indivíduos desta comunidade demonstraram um interesse substancial em questões de saúde oral e participaram numa variedade de atividades de prevenção da saúde oral.
Examinar se os membros de diversas comunidades dos EUA descreveram a comunidade de maneiras semelhantes.	25 afro-americanos em Durham, NC; 26 homens gays em São Francisco, Califórnia; 25 usuários de drogas injetáveis na Filadélfia, Pensilvânia; e 42 pesquisadores de vacinas contra o HIV nos Estados Unidos / Respostas textuais à pergunta "O que a palavra comunidade significa para você?" foram analisados. A análise de cluster foi utilizada para identificar semelhanças na forma como a comunidade foi descrita.	Membros de diversas comunidades dos EUA; Necessidade de consenso relativamente à definição de comunidade no âmbito da saúde pública.	A comunidade foi definida de forma semelhante, mas vivenciada de forma diferente por pessoas com origens diversas. Estes resultados são paralelos a descobertas semelhantes das ciências sociais e confirmam a viabilidade de uma definição comum para a saúde pública participativa.
Testar a opinião do público em geral sobre o quanto deseja estar envolvido nas decisões de implementação da fluoretação da água.	Grupos de seis a oito pessoas; discussões em grupos focais com duração de 1,5 horas; moderador utilizou um roteiro de discussão padronizado e cada grupo foi gravado em fita de áudio para posterior análise e descrição.	Público em geral; participação da população em decisões de implementação da fluoretação da água.	Considera inapropriado e indesejável decidir sobre a fluoretação da água de abastecimento público; população geral deseja ser informada.

Os Conselhos de Saúde estabeleceram-se como entidades institucionais, manifestando a imperatividade de uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade. Eles formalizaram a

participação da comunidade e o controle social na definição das agendas políticas de saúde, sendo sensivelmente influenciados pelo contexto político vigente no âmbito nacional (Durán *et al.*, 2014). Para Ditterich *et al.* (2015), a instituição do controle social possibilita ações democráticas no âmbito da saúde, ao atribuir à sociedade civil a prerrogativa de influenciar a gestão pública, seja mediante a orientação das políticas estatais, seja direcionando os dispêndios governamentais para a satisfação dos interesses coletivos.

Segundo Rocha *et al.* (2020), pesquisas realizadas no país evidenciam que existem significativas dificuldades em promover a participação por meio dos conselhos de saúde. Aspectos como a escassez de uma cultura cívica consolidada, problemas de representatividade, práticas de clientelismo estatal, a falta de visibilidade dos conselhos, a excessiva burocracia e a manipulação dos representantes sociais emergem como os obstáculos mais relevantes. Portanto, torna-se interessante que as ações e políticas de saúde pública não sejam exclusivas da atuação dos conselhos de saúde.

Nesse estudo, observou-se como principais reivindicações que o controle social pode colaborar com políticas para preencher a lacuna no acesso a cuidados de saúde bucal (Jozaghi *et al.*, 2022). No que se refere ao projeto participativo em prol da saúde, Watson *et al.* (2001), afirmam que a sua implementação na saúde bucal promove melhorias e contribui com o controle social. Segundo MacQueen *et al.* (2001), urge a necessidade de que haja uma concordância em relação à definição de comunidade na esfera da saúde pública. No âmbito das decisões sobre medidas de prevenção coletivas, Lowry *et al.* (2000), evidenciaram a participação da popular em decisões como a implementação da fluoretação da água.

CONCLUSÕES:

É possível verificar que os Conselhos de Saúde são instituições fundamentais para a interação entre o Estado, comunidade, serviços de saúde e organizações sem fins lucrativos, permitindo a participação e o controle social na formação de políticas públicas de saúde. Estes órgãos devem intensificar a sua participação para aprimorar e garantir políticas mais universais, integradas e equitativas.

BIBLIOGRAFIA

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília, 2004.
Ditterich, R. G.; Ditterich, A. C. R.; Baldani, M. H. A política de saúde bucal em pauta no Conselho Municipal de Saúde no Município de Nova Friburgo - RJ. Revista de Odontologia da UNESP, v. 44, n. 3, pág. 143-151, 2015. DOI: 10.1590/1807-2577.1075 .

Durán, P. R. F.; Gerschman, S. Desafios da participação social nos conselhos de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 3, pág. 884-896, 2014. DOI: 10.1590/S0104-12902014000300012

Jozaghi, E.; Brondani, M. A. Access to oral care is a human rights issue: a community action report from the Downtown Eastside of Vancouver, Canada. *Harm Reduction Journal*, v. 19, n. 1, p. 42, 2022. DOI: 10.1186/s12954-022-00626-4

Lowry, R.; Thomsen, J.; Pearce, A. Até que ponto o público em geral deseja estar envolvido nas decisões sobre a implementação da fluoretação da água? *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 4, pág. 567-578, 2000. DOI: 10.1038/sj.bdj.480052

MacQueen, K. M. *et al.* O que é comunidade? Uma definição baseada em evidências para saúde pública participativa. *American Journal of Public Health*, v. 91, n. 12, p. 1929-1938, 2001. DOI: 0.2105/ajph.91.12.1929.

Mitros, V. M. S. *et al.* Mudanças na Política de Atenção Básica à Saúde: consensos e contestações em espaços deliberativos do SUS. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 138, pág. 444-461, 2023. DOI: 10.1590/0103-1104202313806

Ouzzani, M. *et al.* Rayyan—um aplicativo web e móvel para revisões sistemáticas. *Revisões sistemáticas*, v. 5, p. 210, 2016. DOI: 10.1186/s13643-016-0384-4

Rocha, M. B.; Moreira, D. C.; Bispo Júnior, J. P. Conselho de saúde e eficácia participativa: estudo sobre avaliação de desempenho. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 1, e00241718, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00241718

Silva, R de C. C.; de Novais M. A. P, Zucchi P. Educação permanente como responsabilidade inalienável dos conselhos de saúde: o cenário atual no Sistema Único de Saúde. *Clinics*, v. 75, e1443, 2020. DOI: 10.6061/clinics/2020/e1443

Souza, C. M. N.; Heller, L. Efetividade deliberativa em conselhos municipais de saneamento e de saúde: um estudo em Belo Horizonte-MG e em Belém-PA. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 11, pág. 4325-4334, 2019. DOI: 10.1590/1413-812320182411.03632018

Souza MT de, Silva MD da, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é? Como fazer isso?. *Einstein (São Paulo) [Internet]*, v. 8, n. 1, pág. 102-106, 2010. DOI: 10.1590/S1679-45082010RW1134

Vilaça, D. S. S.; Cavalcante, D. S.; Moura, L. M. Atuação do Conselho de Saúde do Distrito Federal na reforma da Atenção Primária à Saúde, de 2016 a 2018: estudo de caso. *Ciênc saúde coletiva*;24(6):2065–74, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018246.08962019

Watson, M. R., Horowitz, A. M., Garcia, I., & Canto, M. T. A community participatory oral health promotion program in an inner-city Latino community. *Journal of public health dentistry*, 61(1), 34–41, 2021. DOI: 10.1111/j.1752-7325.2001.tb03353.x

Wedig, J. C.; Ramos, J. D. D. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. *Rev Inst Estud Bras*, (86):16–30, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i86p16-30